



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

NOVEMBRO DE 1993
Nº 54

EM DEFESA DA PETROBRÁS

A AEPET realiza, nos próximos dias 24 e 25, eleições para a renovação de sua Diretoria e do seu Conselho Fiscal para o biênio 94/95 e conta com seu voto. Eis, na íntegra, o programa da chapa única, "Em Defesa da Petrobrás":

A extensão e a gravidade da crise brasileira exigem, para a sua superação, que a sociedade, como um todo, tome consciência de sua responsabilidade e exerça sua cidadania no resguardo da soberania nacional, participando e exigindo ações éticas.

Não é mais possível ignorar a existência de um exército de 32 milhões de brasileiros miseráveis. Merecem o nosso respeito e o nosso apoio todos os programas emergenciais de combate à fome. No entanto, estamos convencidos de que somente o desenvolvimento da economia, aliado a uma efetiva distribuição de renda, possibilitará o combate à miséria.

A retomada do crescimento econômico, em um ambiente de consolidação democrática pressupõe, além da vontade política, o aumento do nível de investimentos.

A vontade política é resultado do exercício da cidadania por fazer respeitarem-se os princípios e valores nacionais tais como ética, soberania e desenvolvimento econômico e social.

Entendemos que a participação do Estado na economia é decisiva para permitir ao País dispor de infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de áreas estratégicas.

Através de uma política de tarifas justas para as empresas estatais estratégicas e desenvolvimentistas, serão gerados os recursos de investimento de que a economia carece para a avanço da retomada de seu crescimento.

Observa-se, na última década, que tarifas públicas e salários vêm sistematicamente perdendo para a inflação e isto vem gerando concentração de renda nas classes abastadas, desemprego e recessão. Por outro lado, adequadas políticas tarifárias e salariais tornam-se instrumentos de utilização valiosos, pois geram investimentos, riquezas, empregos e impostos.

Focalizando o estratégico setor petrolífero, constata-se que a tendência mundial é de empresas cada vez maiores, integradas e verticalizadas, com aumento da participação estatal, ao contrário da proposta que alguns pretendem implantar em países do Terceiro Mundo. Recentemente, na Arábia Saudita, as duas estatais a SAUDI ARAMCO e a SAMAREC — fundiram-se para formar a maior companhia integrada de petróleo do mundo, com o objetivo de aumentar sua competitividade em termos mundiais. No Brasil, fala-se em fim do monopólio estatal do petróleo e em transformação da executora do monopólio em diversas empresas ou "unidades de negócio" (centro de resultados), para continuar o processo de desmantelamento e venda aos pedaços, na contramão da tendência mundial.

O diagnóstico da situação atual da Companhia, devido à influência neoliberal, indica uma ação coordenada no sentido de desarticular a PETROBRÁS, por ações conscientes ou não, que vêm desestruturando a Companhia com estratégias direcionadas para sua transformação em empresas regionais de negócios, e pos-

terior privatização, seguindo o mesmo processo adotado para o desmantelamento e privatização de companhias estatais de países em desenvolvimento, conforme denunciado inclusive pelo PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, trazendo miséria e desemprego.

Esta ação coordenada compreende ainda a proliferação da contratação de consultores externos neoliberais, como Arthur Andersen, Booz Allen, McKinsey, CS First Boston e outros, ou mesmo bancos, como Morgan Stanley, J.P. Morgan, Chase Manhattan, Paribas, e outros, comprometidos com este processo selvagem de privatização, a exemplo de atuações recentes de alguns destes consultores nos processos de privatização em países em desenvolvimento.

A formação de blocos econômicos no norte da América, na Comunidade Econômica Europeia e no Oriente, liderados pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão, pretende hierarquizar as preferências comerciais e as reciprocidades entre as nações, ameaçando os países do Terceiro Mundo, que detêm parte substancial das matérias-primas estratégicas.

Assim, considerando as questões aqui abordadas, a Chapa irá concorrer às eleições para a Diretoria da AEPET, biênio 94/95, com o seguinte programa:

I — QUESTÕES NACIONAIS

1.1 — CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

— Em defesa da Constituição Brasileira e pela exigência da promulgação das leis complementares.

— Contra o golpe pretendido de ampliar ainda mais os privilégios dos oligopólios e o poder das classes conservadoras. Portanto, **CONTRA QUALQUER MUDANÇA DE DISPOSITIVO NA CONSTITUIÇÃO SEM QUE SEJA SUBMETIDO AO RITO DA EMENDA, COMO QUER A PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, já que não foram conferidos, ao atual Congresso, poderes constituintes.

— Pela ética na atuação das instituições nacionais.

— Em defesa de uma vida digna para a classe trabalhadora, da valorização profissional, da participação da sociedade nas decisões que envolvam o seu próprio destino, as riquezas nacionais e a proteção e melhoria da qualidade ambiental.

— Pelo fortalecimento dos sindicatos como entidades representativas de todos os trabalhadores e pela parceria com os mesmos nas lutas em defesa do Sistema PETROBRÁS.

— Apoio aos comitês que visem à democratização e à ética dos meios de comunicação, o combate à fome, à miséria e à alienação.

1.2 — NECESSIDADE DE UM PROJETO NACIONAL

— Por um Projeto Nacional, aprovado pela Sociedade Brasileira, que vá além das injunções temporárias de governos.

— Em defesa das estatais estratégicas e desenvolvimentistas, responsáveis pela indução do desenvolvimento industrial brasileiro.

— Contra o processo utilizado pelo Governo Federal no Programa Nacional de Desestatização e outros mecanismos aplicados na transferência do patrimônio público para oligopólios privados.

— Em defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e da PETROBRÁS, como sua executora, conquistados pelo povo e garantidos através da Constituição e da Lei 2004. Assim, em defesa da missão da Companhia, definida no Planejamento Estratégico, na Lei 2004 e na Constituição Brasileira, que entende por atividades necessárias ao abastecimento nacional de petróleo: a exploração, a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto e gás natural, de poço ou de xisto, assim como de seus derivados.

— Contra a abertura da importação de derivados pelas distribuidoras, em detrimento da produção brasileira de derivados e da economia de divisas do País.

— Contra o controle de reservas petrolíferas nacionais por companhias estrangeiras, através dos contratos de risco — que vigoraram no País de 1975 a 1988, de forma clandestina, ilegal e inconstitucional, e que nada acrescentaram em termos de descobertas e tecnologia — ou "contratos sem riscos", referentes à exploração de campos de petróleo já descobertos.

— Em defesa do monopólio de transporte dutoviário de petróleo, derivados e gás natural pela PETROBRÁS, de forma a preservar a integração com as demais atividades petrolíferas do País.

— Pela efetivação de uma política de tarifas e prazos que cumpra a lei e elimine as distorções existentes nos preços de produtos ou impostos aplicados ao petróleo importado sem repasse nos preços, prazos e tarifas que podem levar a PETROBRÁS à inviabilidade, sem que a Sociedade o perceba.

— Pela transparência das remunerações dos diversos segmentos, da indústria do petróleo na estrutura de preços, quais sejam: Governo, PETROBRÁS, distribuidores e revendedores.

— Pela continuação do crescimento da PETROBRÁS, mantendo-a como uma das maiores empresas mundiais do setor, no interesse da Nação Brasileira, e para preservá-la como companhia integrada e verticalizada, do mesmo modo que as demais líderes no mercado mundial. Lutar para reaver nossas subsidiárias e suas empresas, encerradas ou privatizadas a preço vil, quando o gigantismo das empresas do setor petrolífero mundial, sejam estatais ou privadas, é sinônimo de competitividade, eficiência, respeito e admiração.

CANDIDATOS À DIRETOR

DIRETORIA EXECUTIVA



Presidente

**Fernando Siqueira
DEPRO**

Fernando Leite Siqueira é Coordenador de Projetos (Enchova/Bonito/Barracuda). Na AEPET foi Conselheiro, Diretor Cultural, Vice-Presidente e Diretor de Comunicações. É Coordenador dos Grupos de Defesa da Petrobrás, inclusive o de Reestruturação. Na Petrobrás foi, entre outros cargos, Coordenador dos Projetos Offshore de Sergipe e Rio Grande do Norte, Chefe do Setor de Projetos Especiais — Denge, Chefe do Setor de Projeto do Gespa e Chefe da Denge, quando foi recriada, participando do desenvolvimento de vários projetos, como automação industrial no Depro, sistemas de mapeamento de estruturas submarinas, aplicação de engenharia de valor e metodologia de apropriação de custos. Telefone para contato 534-1329.



Diretor de Patrimônio

**Júlio Diniz
PETROQUISA**

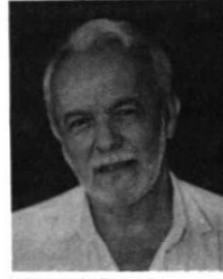
Júlio Diniz Bastos Pinto é Economista III, graduado pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro. Ingressou na empresa em 1978, sendo lotado no Norins. Tem curso de Pós-Graduação da Escola de Pós Graduação em Economia da FGV. Atualmente, assessora a Comissão Mista do Congresso Nacional que investiga o programa de privatização. Atualmente é Delegado Eleitor Suplente do Conselho Regional de Economia. Seu telefone para contato é 296-5131, ramal 243.



Diretor Cultural

**Sydney Granja
SÉRINF**

Sydney Granja Affonso formou-se em 1976 pelo Cemant-UFRJ, turma da Petrobrás. É Engenheiro de Equipamentos III. Ficou de 1977-87 no Recap/Divég/Sepro; de 1987-91 no Serinf/Dirinf-SP e 92-93 no Serinf/Superintendência. Foi presidente do Núcleo da AEPET-SP (89/90 e 91/92). Foi presidente do Modecon-SP (89-90), vice-presidente do Modecon e Coordenador do Ciasp (1991). Na Petrobrás atuou nas áreas de Análise de Tensões, Projeto de Calderaria e Tubulações, Computação Gráfica, Inteligência Artificial e Análise de Negócios. Telefone para contato: 534-3503.



Diretor de Pessoal

**Brandão
Aposentado**

Carlos Augusto Dauzacker Brandão é formado em Geologia pelo Texas Technological University. Foi geólogo de Sub-Superfície na RPNE, DENOR e RPBA e professor do CENAP-BA até 1967. Reintegrado em 1985, atuou como geotécnico no Segen. Foi consultor geotécnico do DNER, geólogo da Sursan e assessor especial da Secretaria Municipal de Obras. Foi Conselheiro do Clube de Engenharia, Vice-presidente da Sociedade de Engenheiros de Petróleo da Amazônia — Sepa (63-64) e diretor cultural de SEAJERJ. É Conselheiro do Crea-RJ. Telefone 552-1083.



Vice-presidente

**Maranhão
SEGEN**

Ricardo Moura de A. Maranhão é chefe do setor de Articulação Externa da Divisão de Apoio Gerencial (DIAGE) do Serviço de Engenharia (SEGEN). Formado em engenharia mecânica com especialização em engenharia de petróleo pela Escola Nacional de Engenharia. Ingressou na PETROBRÁS, por concurso público, em 1970. Foi supervisor de planejamento do Ambel e do Cogan, Chefe de Obra da Coapa, chefe adjunto e chefe da divisão de planejamento do Colnor; assessor do presidente da Petrobrás. Atualmente é vice-presidente do Clube de Engenharia e do Movimento em Defesa da Economia Nacional, além de Cidadão Macaense, título concedido pela Câmara Municipal. Telefones para contato 566-5429/566-5993.



Vice-Diretor de Patrimônio

**Camanho
DECOM**

Nelson Camanho da Costa Filho é Analista de Sistemas IV, tendo se formado em 1965 como Engenheiro Mecânico de Produção pela PUC. No ano de 1969 fez curso de Analista de Processamento de Dados da PETROBRÁS, empresa onde exerceu várias funções. Foi assistente do presidente e gerente de Serviço de Processamento de Dados da Petros. Em 1990 fez Pós-Graduação em Engenharia de Qualidade na PUC de Petrópolis. Seus telefones para contato são 534-3237 e 534-3238.



Vice-Diretor Cultural

**Conrado
DECOM**

José Conrado de Souza é Engenheiro Químico formado pela UFRJ e é pós-graduado em engenharia de processamento pela PETROBRÁS, onde foi admitido em 1974 por concurso público, trabalhando atualmente no DECOM. É do Movimento em Defesa da PETROBRÁS e do Sindipetro. Seu telefone para contato é 534-1152.



Vice-Diretor de Pessoal

**Sydney Reis
SÉRINF**

Sydney Reis Santos é Analista de Pesquisa Operacional IV, sendo chefe do Setor de Modelos de Áreas Operacionais e substituído eventual do chefe da Divisão de Pesquisa Operacional. Ingressou na PETROBRÁS em 1965 por concurso público, sendo graduado em Economia e Administração pela UFRJ. Tem crédito em Mestrado em Engenharia de Produção pela COPPE da UFRJ. Foi vice-presidente e tesoureiro da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional (SOBRAPO). Telefones para contato 534-2757 e 534-3901.

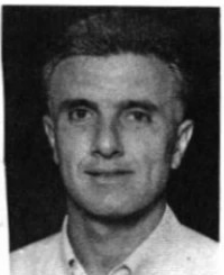
IA E CONSELHO DA AEPET



Diretor de Comunicações

Pertence SERMAT

Argemiro Pertence Neto é Engenheiro de Equipamentos, trabalhando na Divisão de Compras de Materiais de Investimentos do Sermat, tendo sido admitido na Petrobrás em 1971. Trabalhou anteriormente no Depin, como Inspetor de Equipamentos. Foi conselheiro da AEPET (90/91), vice-diretor de pessoal (92/93) e membro da DTE de engenharia econômica do clube de Engenharia, professor de Metalurgia Física, do curso de Engenharia mecânica da Faculdade de Engenharia Souza Marques. Telefone para contato 534-1729



Vice-Diretor de Comunicações

Gildebrando ETROQUISA

Gildebrando Gonsales é assistente de diretoria da Petroquisa. Admitido na empresa em 1977, após cursar o ENPEQ — Curso de Engenharia de Processamento Petroquímico na escola de Química da UFRJ, com curso de Mestrado em engenharia química na COPPE (1980). Foi diretor da Associação de Ex-Alunos da escola de Química da UFRJ e é diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica do Município do Rio de Janeiro (Sindpet) do Sindicato dos Químicos e Engenheiros Químicos do RJ. Seu telefone para contato é 263-4244 e 63-4394.

CONSELHO FISCAL



Guilherme PETROFÉRTIL

Guilherme Vaz do Couto é Economista lotado na Gerência de Planejamento. Formado em Ciências Econômicas pela Cândido Mendes ingressou na PETROBRÁS em 1984. Tem participação na ADC-Petrofertil, onde foi diretor de patrimônio e presidente. Telefone para contato — 217-5372.



Victor SEGEN

Wagner Granja Victor é Engenheiro de Equipamentos, foi Chefe do Setor de Montagem de Albacora e atualmente é Supervisor de Planejamento e Contratação do Empreendimento de Barracuda. Formado em Engenharia pela UFRJ, Bacharel em Administração pela UERJ e Pós-Graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou na empresa em 1987, por concurso público. Professor dos Cursos de Formação de Engenheiros da PETROBRÁS e Secretário Adjunto da Divisão de Engenharia Econômica do Clube de Engenharia. Trabalhou anteriormente na LIGHT. Telefone para contato — 566-5684.



Márcia Sobral SEFIN

Márcia Sobral é economista, formada pela PUC-RJ, em 1974. Monitora de Estatística e titular de Introdução à Economia para o curso de Engenharia Postal. Ingressou na Petroquisa em março de 1975, onde atuou na Programação e Execução Financeira. Lotada no Sefin desde 1985 onde exerceu as chefias do Setor de Movimentação de Recursos e do Setor de Coordenação e Controle Financeiro. Atualmente exerce a função de Economista do Setor de Controle Financeiro. Possui vários cursos de Economia, Matemática, Administração e Contabilidade. Na AEPET atuou como Diretora de Patrimônio (82-83), Comunicações (86-87) e membro do Conselho Fiscal (84-85 e 88-89). Telefone para contato: 534-1667.



José Cláudio CENPES

José Cláudio Guimarães Teixeira é engenheiro Metalúrgico, formado pela PUC-RJ, em 1967. No ano de 1987 ingressou no Cenpes-Super-Semec, onde exerce atividades de pesquisa e desenvolvimento. É Mestre em Ciência dos Materiais e Metalurgia, desde 1981, também pela PUC-RJ, onde foi professor. Atualmente é professor de Metalurgia no Cefet. Telefone para contato: 598-6511.



Frederico DEPEX

Frederico A. Varejão Marinho é graduado em Geologia pela UFRJ, desde 1974, tendo pós-graduação em Geofísica pela UFFa. Trabalhou nos projetos de engenharia para construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá e da Ferrovia do Aço. Em 1975 ingressou na Divisão de Geofísica da CPRM, onde trabalhou até 1986, inclusive em projetos de mapeamento geológico e pesquisa mineral. Em 1981 fez estágio no Metal Mining Agency of Japan e na Bishimetal Corporation em interpretação geofísica para pesquisa de metais básicos. Ingressou na Petrobrás em junho de 1987. Trabalhou no Dexes/Dinter. Fundador e ex-presidente do núcleo da AEPET do Espírito Santo. Em 1992 foi transferido para a Digef, onde supervisiona os trabalhos de aquisição de dados gravimétricos e aeromagnéticos. Telefone para contato: 534-3749.



Norberto SERMAT

Norberto dos Anjos da Silva Filho é Administrador formado pela Faculdade Celso Lisboa. Ingressou na Petrobrás em 1965, onde exerceu atividades de compra de material, diligenciamento, inspeção, cadastro, orçamento, importação e reajustamento de preços. Chefiou o Setor de Reajuste de Preços e, atualmente, chefia o Setor de Desembaraço Aduaneiro da Divisão de Importação (Dimpre) do Sermat. É um dos autores da publicação sobre Inflação da AEPET. Telefone para contato: 534-2616.

— Pela ampliação dos investimentos e fortalecimento do sistema PETROBRÁS como pólo gerador de desenvolvimento e de tecnologia. Pela manutenção da liderança tecnológica da PETROBRÁS nas atividades de petróleo.

— Pelo resgate da meta da auto-suficiência em petróleo, a exemplo do PASP — Plano de Ação do Setor Petróleo — apresentado a toda a Sociedade Brasileira em 1987, como instrumento fundamental para que sejam atingidos os objetivos permanentes de assegurar e desenvolver as riquezas petrolíferas no interesse nacional.

— Pelo trabalho integrado com outras empresas do setor energético, participando da matriz em outras formas de energia.

— Pela integração com outras empresas estatais de petróleo da América Latina, no sentido de preservar o domínio a soberania do Estado na indústria de petróleo.

— Pela pesquisa e industrialização de produtos da Química Fina e da Biotecnologia.

— Pela liquidação, ética e transparente, dos débitos do Governo junto a PETROBRÁS e suas Subsidiárias, conforme preceitua a Lei.

1.3 — EM DEFESA DO CONSUMIDOR E DA CIDADANIA

— Pela divulgação da importância do Monopólio Estatal do Petróleo como instrumento de defesa dos direitos do consumidor e como forma de controlar os constantes abusos dos oligopólios internacionais e nacionais e o seu poder de impor preços e outras condições abusivas contra a economia popular, que impeçam o desenvolvimento econômico e social do País.

— Pelo apoio aos sindicatos e demais entidades de classe na defesa dos direitos trabalhistas e individuais.

— Pelo engajamento na luta em defesa da ÉTICA NA POLÍTICA.

— Pelo respeito às comunidades vizinhas às instalações da PETROBRÁS e ao meio ambiente.

1.4 — CONSTRANGIMENTOS LEGAIS

Estudar os constrangimentos legais que prejudicam o desenvolvimento da Companhia e o interesse nacional, oferecendo sugestões para aperfeiçoamento da legislação vigente.

II — QUESTÕES INTERNAS

II.1 — PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

— Ampliar as atenções da AEPET quanto às questões internas, a exemplo das tomadas de posição relativas às questões nacionais.

— Pelo fortalecimento e implementação do Planejamento Estratégico Contínuo e de Longo Prazo, em todo o Sistema PETROBRÁS, coordenado pelo Serviço de Planejamento da Companhia, com ampla participação dos empregados, e que seja direcionado para atender à missão da Companhia, não se tornando instrumento de sua desarticulação e enfraquecimento.

— Pela divulgação da missão da PETROBRÁS para a sua melhor compreensão pela Sociedade Brasileira.

MISSÃO DA COMPANHIA: Promover a explicitação e a concretização da missão da Companhia no que se refere à Lei 2004, especialmente, abastecer o País aos menores custos para a Sociedade de forma rentável, buscar a auto-suficiência, economizar divisas, defender a moeda nacional, gerar empregos e tecnologia, tornar o País exportador de petróleo e derivados, assegurar o transporte de petróleo e derivados consumidos no País, aumentar a segurança nacional, promover a união nacional, integridade territorial e o desenvolvimento econômico e social do País (Planejamento Estratégico e explicitação da Lei 2004 — mensagem 469).

PROJETOS ESTRATÉGICOS: Contribuir para que os projetos estratégicos sejam direcionados no sentido de atender à missão da PETROBRÁS como segue:

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO EMPRESARIAL (REORGANIZAÇÃO) — Pela preservação da integridade e integração da Companhia com sua visão nacional, na organização da estrutura funcional, evitando que seja substituída por múltiplas visões regionalizadas e desintegradas, de execução setorial de “negócios” ou empresas regionais, que visariam maximização de lucros em cruzeiros, em detrimento do interesse nacional de economia de divisas, menores custos e melhor atendimento a toda a Sociedade Brasileira. Pela manutenção das visões integradas nacionais de execução dos Serviços estratégicos da PETROBRÁS, como Planejamento, Engenharia, Pesquisa, Recursos da Informação, Material, Financeiro e outros. Pela suspensão do atual processo de reorganização da Companhia por contar com a desaprovção da maioria dos empregados, representados ou não pelas entidades de classe.

Pelo compromisso de que qualquer estudo que objetive a reorganização da Companhia seja realizado dentro de critérios transparentes, obtidos através de ampla discussão e conscientização interna e que atenda aos objetivos maiores da PETROBRÁS: defesa da soberania nacional, agregação de reservas e desenvolvimento tecnológico, para garantir o abastecimento nacional de petróleo e derivados aos menores custos para a Sociedade.

GESTÃO PELA QUALIDADE TOTAL

a) para que este programa se transforme em instrumento de consolidação do Plano Estratégico da Companhia e na defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e da PETROBRÁS como sua executora.

b) para aperfeiçoar, permanentemente, a gestão da Companhia, de forma a que o sucesso obtido em termos de resultados para o País seja ainda maior, atendida a missão da PETROBRÁS.

c) para que se estabeleça uma visão de futuro da Companhia, no sentido de preservar os princípios internacionais básicos de eficiência e competitividade da indústria petrolífera, tais como: porte crescente, economia de escala e atuação como conglomerado petrolífero, sendo admirada pela excelência e qualidade dos seus produtos e pelos serviços prestados ao Povo Brasileiro.

DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

a) Priorizar o desenvolvimento do conhecimento básico corporativo dos gerentes sobre o significado da Companhia, sua missão no contexto nacional, características e atividades dos seus diversos órgãos, bem como sua inserção na indústria mundial do petróleo, sem prejuízo da continuação do treinamento e desenvolvimento gerencial específico setorial.

b) pela democratização e transparência das decisões gerenciais e de suas responsabilidades.

c) pela implantação de plano de carreira gerencial.

AUTOMAÇÃO — enfatizar a automação com visão global, garantindo a execução otimizada em nível corporativo. Pela ampla participação dos empregados na criação de uma política de automação, mantendo os níveis de emprego através do planejamento e implementação de uma política de recursos humanos adequada.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL — preservar a condição de abastecedora do País visando os menores custos em divisas. Evitar a transformação da comercialização externa da Companhia em um “negócio” (como a PETROBRÁS OVERSEAS) que vise maximizar lucro às custas da Sociedade Brasileira.

II.2 — CONTRATO DE GESTÃO

— Contra a celebração de um contrato de adesão leonino, com obrigações e punições previstas apenas para a PETROBRÁS, sem a

participação do Poder Legislativo e que enfatize a maximização de indicadores financeiros e de lucros, em detrimento do atendimento da missão da Companhia.

— Contra a celebração de contrato de gestão com as atuais responsáveis pela política econômica, uma vez que, segundo a orientação explícita e declarada à imprensa pela mesma, tal contrato é um requisito básico para a privatização da PETROBRÁS.

II.3 — TERCEIRIZAÇÃO

— Pela revisão da política desenfreada, predatória e desumana de terceirização adotada hoje na Companhia.

II.4 — CORPO TÉCNICO DO SISTEMA PETROBRÁS

— Pela implantação do Plano de Carreira Técnica, aí incluída a carreira gerencial.

— Pela revisão do Plano de Cargos e Salários, sobretudo do atual sistema de gratificação de chefias, em particular a remuneração global e o critério adotado de participação nos lucros.

— Pela manutenção da política de concursos públicos em todo o Sistema PETROBRÁS e pela transparência na divulgação dos resultados, minimizando-se a possibilidade de concursos exclusivamente internos.

— Pela implantação de critérios uniformes, transparentes e participativos de avaliação de desempenho de pessoal, possibilitando a avaliação das chefias por seus subordinados.

— Pelo estabelecimento de política salarial na Companhia com isonomia de princípios e critérios entre os empregados da Sistema PETROBRÁS.

— Pela valorização dos empregados de modo a que as decisões nas companhias do Sistema não sejam tomadas de forma centralizada.

II.5 — PETROS

— Pela preservação e fortalecimento da PETROS, com maior participação dos empregados nas decisões relativas à gestão de seus recursos.

II.6 — NÚCLEOS DA AEPET E ENTIDADES ASSOCIADAS

— Pelo fortalecimento dos núcleos e associações regionais.

II.7 — INICIATIVAS DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA

— Pelo fortalecimento da atuação dos núcleos setoriais do Movimento em Defesa da PETROBRÁS.

II.8 — ÉTICA

— Pela elaboração e implantação de um Código de Ética na PETROBRÁS.

— Pugar para que nos atos de gestão da Companhia sejam observados os preceitos da ética e da probidade administrativa.

— Criar, regular e homologar estatutariamente, na AEPET um Conselho de Ética para estimular, zelar e garantir o comportamento ético dos associados, da AEPET.

III — ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A fim de atender o programa proposto, sugerimos uma complementação na atual estrutura organizacional da AEPET, que vise maior participação dos associados, contemplando as seguintes Comissões Permanentes:

- Legislação
- Gestão e Organização
- Atuação da Companhia e Acompanhamento dos Investimentos
- Automação e Informação da Companhia
- Relacionamento com o Poder Legislativo
- Relacionamento com entidades
- Integração dos petroleiros
- Relacionamento com a mídia
- Terceirização
- Obtenção de Recursos
- Planejamento
- Ética.